



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE LETRAS - IL
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS –
LIP

AMANDA BARROS JACINTHO RIBEIRO

A MORTE DE MARIELLE FRANCO:
UMA ANÁLISE DO DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE O CASO

BRASÍLIA, DF
2019

Amanda Barros Jacintho Ribeiro

A MORTE DE MARIELLE FRANCO:
Uma análise do discurso midiático sobre o caso

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Língua Portuguesa e Respectiva Literatura, habilitação licenciatura, do Departamento de Linguística, Português e línguas clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como parte das exigências para a obtenção do título de graduação.

Orientadora: Janaína Ferraz

BRASÍLIA, DF
2019

A MORTE DE MARIELLE FRANCO: UMA ANÁLISE DO DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE O CASO

Amanda Ribeiro

RESUMO

Este artigo visa analisar o posicionamento da desembargadora Marília Castro Neves e do deputado Fraga sobre o caso de morte da vereadora Marielle Franco. Objetiva-se, então, identificar a construção de Marielle Franco a partir da escolha lexical feita nesses discursos, logo a ferramenta de análise é o sistema sociossemântico de Representação de Atores Sociais propostas por Van Leeuwen (2008) associada aos modos de operação da ideologia propostos por Thompson (2002). O corpus de análise será a postagem no *facebook* pessoal da desembargadora Marília Castro Neves publicado no dia 15 de março, publicação feita na mesma data em que a vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) morreu, e a postagem no *twitter* do deputado Alberto Fraga (DEM-DF), dia 17 de março. Como arcabouço-teórico metodológico utilizado, além da Análise de Discurso Crítica com ênfase na Representação de Atores proposta por Van Leeuwen (2008), também, para refletir o espaço social, a tese da doutora Sueli Carneiro (2005) sobre a construção social do corpo negro no imaginário coletivo brasileiro e o epistemicídio como resultado da manutenção do dispositivo de biopoder proposto por Foucault (1979). A finalidade é entender, através de uma perspectiva interdisciplinar, como Marielle Franco está representada nesses discursos difundidos pelas autoridades citadas e quais os efeitos que esses discursos podem ter para a representação da população periférica negra brasileira.

Palavras-chave: discurso; racismo; *fake news*; epistemicídio; Representação de atores sociais.

INTRODUÇÃO

Dia 15 de março, na madrugada, a vereadora Marielle Franco foi assassinada em seu carro com quatro tiros no rosto no bairro de Estácio. Marielle voltava de uma palestra que ministrou em um evento chamado “Jovens Negras movendo estruturas”, na Rua dos Inválidos, bairro da Lapa. Segundo as investigações sobre o caso, foram totalizados treze disparos ao carro, a munição pertencia a um lote vendido para a Polícia Federal de Brasília em 2006:

[...]O ministro da Segurança diz que as balas foram roubadas na sede dos Correios na Paraíba, "anos atrás". O Ministério da Segurança afirma, por sua vez, que a agência dos Correios na Paraíba foi arrombada e assaltada em julho de 2017 e que no local foram encontradas cápsulas do mesmo lote de munição. O lote é o mesmo de parte das balas utilizadas na maior chacina do estado de São Paulo, em 2015, e também nos assassinatos de 5 pessoas em guerras de facções de traficantes em São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio.[...] Os criminosos fugiram sem levar nada. (MALLMAN; RODRIGUES, 2018).

Ainda no mesmo dia, a desembargadora Marília Castro Neves compartilhou em suas redes sociais o seguinte comentário em resposta ao advogado Paulo Nader que também comentava sobre o caso.

A questão é que a tal Marielle não era apenas uma “lutadora”; ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu “compromissos” assumidos com seus apoiadores. Ela, mais do que qualquer outra pessoa “longe da favela” sabe como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais ela transacionava. Até nós sabemos disso. A verdade é que jamais saberemos ao certo o que determinou a morte da vereadora, mas temos certeza de que comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim. Qualquer outra coisa diversa é “mimimi” (sic) da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro. (Pragmatismo Político, 2018, On-line)

Além disso, a página do *facebook* do Movimento Brasil Livre (MBL), grupo liderado pelos atuais parlamentares Kim Kataguirí (DEM-SP) Arthur do Val (DEM-SP) e Fernando Holiday (DEM-SP), compartilhou a publicação da desembargadora e ressaltou a postagem com o comentário "Isso é complicado. Bem complicado... ". Até dia 17 de março o compartilhamento possuía mais de 38 mil curtidas e 28 mil compartilhamentos (El País, 2018, On-line). Dia 17, também, o deputado Alberto Fraga (DEM-DF) comentou sobre Marielle Franco em seu *twitter*:

Conheçam o novo mito da esquerda, Marielle Franco. Engravidou aos 16 anos, ex esposa do Marcinho VP, usuária de maconha, defensora de facção rival e eleita pelo

Comando Vermelho, exonerou recentemente 6 funcionários, mas quem a matou, foi a PM. (Metrópoles, 2018, On-line)

Devido às grandes repercussões de informações como essas sobre o caso da vereadora, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) criou um site chamado “Marielle Franco” com um tópico chamado “A verdade” para desmentir as notícias falsas que tomaram um grande espaço no conhecimento popular.

Marielle Franco (PSOL-RJ) foi a quinta vereadora mais votada da Câmara do Rio de Janeiro, eleita com 46.502 votos. Trabalhou em organizações da sociedade civil como a Brasil Foundation e o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm) e coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), junto com Marcelo Freixo. (MARIELLE, 2018, On-line). Marielle era formada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e defendeu dissertação de mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). A dissertação chamada UPP- A redução da favela a três letras: uma análise da política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro defendia que a presença das Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs, na Favela da Maré, resultou, contrariando as expectativas, na redução dos direitos humanos dos moradores de comunidades na favela, especialmente da juventude negra (FRANCO, 2014).

Marielle Franco é mulher, negra, lésbica, mãe e se intitulava “cria” da favela da Maré. Viveu na região, inclusive, até o fim de sua vida. Quase todas as suas políticas giravam em torno da emancipação das minorias e justiça social e, segundo seu site oficial, o que a motivou a entrar para a política foi a morte de sua amiga na adolescência, ocasionada por violência policial.

Com base nestes fatos, surgem as seguintes perguntas: como foi possível notícias desfavoráveis e sem comprovação sobre o caso Marielle Franco se espalharem em perfis públicos de figuras de autoridade como o de uma desembargadora e o de parlamentares?; Como a vereadora Marielle Franco é representada nos discursos da desembargadora Marília Castro Neves e no de Alberto Fraga?; Como esse tipo de construção discursiva impacta socialmente o pensamento do senso comum sobre a mulher negra e de periferia no cenário político?

A partir das perguntas, neste artigo, pretendemos entender o porquê de Marielle Franco ter sido representada da forma que foi em determinadas postagens de grande alcance midiático e o que motivou as autoridades a propagarem especificamente estas informações

sobre a vereadora. Neste trabalho, também pretendemos problematizar as relações raciais de poder e investigar os impactos que essas publicações têm na estrutura social.

Os objetivos dividem-se em selecionar os discursos propagados pela desembargadora Marília Castro Neves e o deputado Alberto Fraga e, por meio da seleção sociossemântica, analisá-los com base no sistema de Representação de Atores proposta por Van Leeuwen (2008). Problematizar, a partir da discussão de dispositivo de biopoder e racialidade proposto por Sueli Carneiro (2005), a escolha dos termos e expor a arquitetura do discurso visando entender a finalidade do falante baseado no lugar que ele fala e sobre quem ele fala. Por fim, refletir de que forma essas informações sobre Marielle Franco podem contribuir para a população negra enquanto coletivo.

Segundo Ramalho e Resende (2011), Análise de Discurso Crítica refere-se aos estudos críticos da linguagem como prática social e que visa oferecer suporte científico para a crítica de problemas sociais relacionados ao poder como controle. Logo, o discurso pode ser a execução de poder e manutenção desse controle, mas também pode ser a luta contra esse controle. No caso de Marielle Franco, questionar como o discurso nas redes foi arquitetado e de que forma a vereadora foi representada por discursos propagados por autoridades brasileiras é fundamental para entender as dinâmicas sociais de poder através relações discursivas.

A ADC objetiva oferecer suporte científico para estudos sobre o papel do discurso em relação a problemas sociais contextualmente situados. Daí a sua vinculação a um paradigma interpretativo científico. (RAMALHO; RESENDE, 2011 p. 75)

Entende-se que a produção científica tem como objetivo apropriar-se da realidade para melhor analisá-la e, então, produzir transformações. A discussão sobre a construção narrativa do caso Marielle Franco e a reflexão acerca do impacto social às populações negras que esse discurso pode gerar é de extrema relevância ao ser investigado na ótica da Análise de Discurso Crítica, pois seria o início de um processo de transformação que inicia na academia e estende seus reflexos para a realidade social. Dessa forma, na seção seguinte, nosso foco será a contextualização do caso.

Marielle, presente!

A morte de Marielle Franco gerou uma comoção mundial. Várias passeatas ao redor do mundo organizaram-se em memória a vereadora. No Brasil, a lei 8.054/18 foi sancionada e publicada dia 18 de junho de 2019 declarando o dia 14 de março, dia da morte da vereadora, como data comemorativa em combate ao genocídio da mulher negra.

Agora, esta data será incluída no calendário oficial do Estado do Rio de Janeiro como o Dia Marielle Franco - dia de Luta contra o genocídio da Mulher Negra. É o que determina a Lei 8.054/18, sancionada pelo governador Luiz Fernando Pezão e publicada no Diário Oficial do Poder Executivo desta quarta-feira (18/07). (ALERJ, 2018, On-line)

Na França, o Conselho de Paris aprovou dia 1º de abril uma moção que batiza uma localidade da capital francesa com o nome da vereadora Marielle Franco.

O Conselho de Paris aprovou, nesta segunda-feira (1), uma moção que aprova a intenção de batizar uma localidade da capital francesa (rua, praça ou passagem pública) com o nome da vereadora carioca Marielle Franco (Psol), assassinada no dia 14 de março de 2018. (GAZETA DO POVO, 2019, On-line)

Entretanto, após a morte da vereadora não apenas memoriais e engajamento pela investigação de seu caso ocorreram, mas uma disseminação em massa de informações negativas sobre a pessoa particular e política de Marielle Franco. Devido a esse acontecimento, o Partido Socialismo e Liberdade criou em 2018 um site em memória de Marielle Franco com uma página de checagem desmentindo informações falsas sobre a vereadora. O site lista cinco calúnias: Marielle era ex do Marcinho VP ou outros traficantes; Marielle foi eleita pelo Comando Vermelho; Marielle era usuária de maconha; Marielle engravidou aos 16 anos; Marielle defendia bandido.

No mesmo ano, a desembargadora Marília Castro Neves e o deputado Fraga foram acusados pelo PSOL por difamação.

O partido de Marielle Franco, o PSOL, encaminhou uma reclamação ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra a desembargadora Marília Castro Neves. Ela publicou informações falsas sobre a vereadora numa rede social, e não foi a única. O partido também vai denunciar o deputado Alberto Fraga, do [DEM](#), ao Conselho de Ética da Câmara. (G1, Jornal Nacional, 2018, On-line)

Ambos os acusados se manifestaram explicando que realmente publicaram as notícias sem checar antes as informações, baseando-se apenas nas postagens que circulavam nas redes sociais. Fraga reportou-se às mídias tradicionais:

“O arrependimento, talvez, é em ter colocado algo que eu não tenha checado, que não tenha uma informação. Por eu ser um policial, um coronel da polícia [Militar do DF], eu deveria ter tido uma informação mais consistente, de uma fonte idônea”, afirmou Fraga à TV Globo. (G1, Distrito Federal, 2018, On-line)

Já Marília de Castro Neves utilizou-se de sua plataforma oficial do *facebook* para se esclarecer:

Diante das manifestações contra meu comentário, proferido em uma discussão no Facebook de um colega a respeito da morte da vereadora Marielle Franco, venho declarar o que se segue: No afã de defender as instituições policiais, ao meu ver injustamente atacadas, repassei de forma precipitada notícias que circulavam nas redes sociais. A conduta mais ponderada seria a de esperar o término das investigações, para então, ainda na condição de cidadã, opinar ou não sobre o tema. Reitero minha confiança nas instituições policiais, esperando, como cidadã, que este bárbaro crime seja desvendado o mais rápido possível. Independentemente do que se conclua das investigações, a morte trágica de um ser humano é algo que se deve lamentar e seus algozes merecem o absoluto rigor da lei. (VEJA, 2018, On-line)

Em resumo, ambas as autoridades utilizaram de seus espaços oficiais virtuais para discursarem sobre a personalidade de Marielle Franco, propagaram informações negativas sobre a vítima e, após repercussões, admitiram que o texto que compartilharam não teve verificação de veracidade prévia. Os dois discursos se tratavam de notícias falsas ou *fake news* sobre a vereadora. Na próxima seção, vamos apresentar os conceitos teóricos da Análise de Discurso Crítica pertinentes a este trabalho.

Análise de Discurso Crítica: identificação relacional e representacional

Segundo Ramalho e Resende (2011), a proposta da Análise de Discurso Crítica (ADC) visa compreender a linguagem de acordo com sua função nas práticas sociais: formas de agir e se relacionar no mundo, de representar e de identificar a si, outro, ou aspectos do mundo. A vertente é crítica justamente porque, como a ciência crítica, visa investigar os efeitos ideológicos do discurso hegemônico sobre relações sociais. A partir desse entendimento, é possível inferir o discurso como um resultado intrapessoal e interpessoal, ou seja, um reflexo social que pode perpetuar uma prática ou um pensamento.

A relação linguagem-sociedade é interna: o discurso é socialmente constitutivo e constituído socialmente.” (RESENDE; RAMALHO, 2011)

Considerando que o discurso é a linguagem como prática social e instrumento de poder, a partir de sua materialização em um texto é possível entender como pensa aquela sociedade e, através da repercussão que aquele discurso pode causar, entende-se de que forma o discurso hegemônico perpetua uma ideologia. Isso ocorre porque a ordem do discurso possui três eixos: acional, representacional e identificacional. Segundo Foucault:

Os três eixos da ordem de discurso de Foucault (1994) são dialeticamente articulados. “O significado acional relaciona-se ao eixo do poder, ou seja, ‘as relações de ação sobre os outros’. Nessa perspectiva é que se entende que gêneros, como maneiras de interagir e relacionar-se discursivamente, implicam relações com os outros, mas também ação sobre os outros e poder. O significado representacional relaciona-se ao eixo do saber. Discursos, como maneiras particulares de representar aspectos do mundo, pressupõem controle sobre as coisas e conhecimento. O significado identificacional relaciona-se ao eixo da ética. Estilos, maneiras de identificar a si e aos outros, pressupõem identidades sociais e individuais, ligadas às ‘relações consigo mesmo’, ao ‘sujeito moral’. (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 51)

Ramalho e Resende (2011) também discutem que o discurso (representação) pode se legitimar em gêneros (ação/relação) e revelar-se em estilos (identificação). Isso implica que maneiras relativamente estáveis de representar, de (inter)agir e de identificar(-se) em práticas sociais são materializadas em textos. (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Por meio da compreensão dos momentos em que se reconstitui um discurso, é possível analisá-lo. Em textos, isto é feito por meio das Categorias analíticas. Segundo Ramalho e Resende (2011):

Categorias analíticas são, portanto, formas e significados textuais associados a maneiras particulares de representar, de (inter)agir e de identificar(-se) em práticas sociais situadas. Por meio delas, podemos analisar textos buscando mapear conexões entre discursivo e não discursivo, tendo em vista seus efeitos sociais.” (RAMALHO; RESENDE, 2011 p.112)

Dentro dessas categorias, existe a Identificação Relacional que propõe uma identidade construída em um discurso que depende das relações pessoais e posições que os atores sociais ocupam naquela sociedade (RAMALHO; RESENDE, 2011).

A construção de identidades e de identificações relaciona-se ao significado identificacional, mas também está ligada aos processos de classificação, de elaboração de semelhanças e diferenças (significado representacional), e aos processos de construção, manutenção e subversão de papéis sociais e relações sociais (significado acional/relacional). (RAMALHO; RESENDE, 2011 p. 131)

E a Representação de atores proposta por Van Leeuwen (2008) que relaciona a forma de representação dos atores em discursos particulares às práticas sociais.

As categorias de representação dos atores sociais propostas por Van Leeuwen pertencem a uma rede de sistemas linguísticos distintos e complexos que contempla tantos aspectos léxico-gramaticais como figuras retóricas. Esses sistemas linguísticos no discurso passam por transformações através de processos que envolvem o apagamento, a reestruturação e a substituição da consistência linguística. (SOUZA, 2017 pp. 45-46)

Logo, ao categorizar as representações questiona-se se é *ativada* ou *apassivada*; *pessoal* ou *impessoal*; *nomeada* ou *classificada*; *especificada* ou *genérica*. Diferencia-se um ator de ativado ou apassivado identificando se está representado ativamente na ação ou submetendo-se a uma atividade como receptor ou beneficiário. Se *pessoal* ou *impessoal* identifica-se quando o texto determina ou não o responsável pela ação. Segundo Van Leeuwen, há dois tipos de *impersonalização*: objetivação, em que os atores são representados por referências territoriais, e a abstração em que os atores são representados por meio de uma qualidade. O ator pode ser *nomeado*, identificado como um indivíduo ou *classificado* representado como pertencente a um grupo ou através de sua função(*funcionalização*). Também pode ser *específico* caracterizado como particular e identificável ou *genérico* representado como um elemento ou participante de uma categoria padrão no senso popular.

Embora van Leeuwen tipifique a *categorização* (representação pela função desempenhada na prática) como um tipo de *especificação* – isto é, como uma possibilidade de representação de atores reconhecidos como indivíduos identificáveis –, os dados aqui explorados mostram que grupos representados por *generalização* (não como indivíduos específicos, mas como grupo) também podem ser categorizados. Isso acontece quando o significado ativado para a

representação do grupo refere-se a sua atividade, ocupação ou função. (RESENDE, 2012)

Sendo para a ADC o discurso necessariamente ideológico, compreende-se que a natureza dessa ideologia é hegemônica quando interesses particulares são universalizados a fim de sustentar relações de dominação. Thompson (2002) elenca uma série de modos de operação da ‘ideologia’ que são muito úteis como categorias em análises discursivas críticas. (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 26)

Entre os modos de operação da ideologia estudados por Thompson (2002), classificam-se a *legitimação*, a *dissimulação*, a *unificação*, a *retificação* e a *fragmentação*. A partir do entendimento empreendido por Ramalho e Resende (2011), vamos expor cada um dos modos de operação a seguir.

A *legitimação* legitima as relações de dominação através da *racionalização* (sequência de raciocínios que visam justificar uma teoria), *universalização* (discursos que universalizam interesses particulares) e *narrativização* (discursos que justificam um evento através de narrativas históricas).

A *dissimulação* oculta ou nega as relações de dominação através do *deslocamento* (quando se tira um discurso de contexto), *eufemização* (utilização de eufemismo para justificar um evento) e o *tropo* (utilização de metáforas e motonímias no discurso).

A *unificação* constrói uma forma de unidade simbólica que infere ao indivíduo uma identidade coletiva através da *padronização* (partilha um referencial padrão) e a *simbolização* (símbolos que sugerem uma identidade coletiva).

A *fragmentação* diferencia indivíduos ou grupos como potenciais desafiadores dos interesses dominantes. Este modo de operação ocorre através da *diferenciação* (caracterizações que diferenciam o indivíduo ou o grupo do padrão estipulado), *expurgo ao outro* (grupos ou indivíduos representados como inimigos sociais).

Por fim, a *ratificação* que consiste em representações de eventos pontuais como situações naturais, permanentes e atemporais. Este modo de operação ocorre através da *naturalização* (representação de eventos pontuais como acontecimentos naturais), a *eternalização* (fenômenos sociais entendidos como permanentes) e a

nominalização/passivação (eventos sociais destituídos da ação humana através do obscurecimento dos atores e apagamentos das ações).

Na compreensão dos modos de operação para ideologia utilizados a fim de manter grupos dominantes nas relações de poder, para entender a escolha dos termos nos discursos particulares e a identidade construída a partir das relações pessoais, o entendimento da realidade ontológica e das práticas resultantes dessa construção social é necessário, tema que desenvolvemos na seção seguinte.

Dispositivo de biopoder nas relações raciais

Segundo Foucault, a sociedade demanda de um dispositivo de poder que opera várias áreas e através de uma multiplicidade de elementos estabelece uma relação de poder que engloba discursos, instituições, ciência, moral e afins. Em síntese, o dispositivo se trata de estratégias de relações de força que sustentam saberes que mantêm essa dominação.

[...] Foucault entende que um dispositivo corresponde a “um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (CARNEIRO, 2005)

Segundo Carneiro, essa noção de dispositivo permite compreender a heterogeneidade das práticas discriminatórias, o funcionamento e a maneira como elas se articulam e se perpetuam em prol de um objetivo estratégico.

Uma das práticas consiste na criação de uma identidade padrão do ser, o que está fora dela resulta não apenas o diferente, mas o que torna o padrão a norma. Através dessa diferenciação na cultura, busca-se por meios biologizantes uma sustentação para esse conceito. No caso da raça, a cor da pele adquire um novo estatuto.

Podemos afirmar que o dispositivo de racialidade também será uma dualidade entre positivo e negativo, tendo na cor da pele o fator de identificação do normal, e a brancura será a sua representação. (CARNEIRO, 2005).

A partir dessa dualidade construída, busca-se não apenas a valorização do que a norma produz, mas também o expurgo à produção do diferente, logo a cultura para instaurar esse paradigma de inferioridade hierarquiza essas relações ditando o que é ou não humano. Como afirma Izildinha Baptista Nogueira “o corpo funciona como marca dos valores sociais, nele a sociedade fixa seus sentidos e valores. Socialmente, o corpo é um signo”. (CARNEIRO, 2005)

Desta forma, o dominado perde sua humanidade a partir do momento em que se torna apenas uma caricatura, neste caso, a raça. No que tange à racialidade como dispositivo de poder, segundo a análise de Carneiro sobre o Contrato Racial de Charles Mills se dá através de três evidências: natureza existencial, conceitual e metodológica. A partir de seus estudos sobre raça e colonialidade, Mills entende que, do ponto de vista existencial, em primeiro lugar, estabelece-se o reconhecimento de uma supremacia branca global. Do ponto de vista metodológico, considera-se a supremacia branca como reveladora de um Contrato Racial (CARNEIRO, 2005). Isto é, áreas de humanidades empreendendo o discurso de igualdade para a norma.

[...] o Contrato Racial é um contrato firmado entre iguais, no qual os instituídos como desiguais se inserem como objetos de subjugação, daí ser a violência o seu elemento de sustentação. (CARNEIRO, 2005).

Através de generalizações, pregando o estado como neutro em uma sociedade de organização hierárquica se assegura os privilégios dos dominantes, mantendo a subordinação dos dominados que são completamente ignorados como parte da sociedade. Logo, se há apagamento desses “outros”, identifica-se a realidade histórica da supremacia branca através dos atos de expurgo.

[...] o dispositivo de racialidade beneficia-se das representações construídas sobre o negro durante o período colonial no que tange aos discursos e práticas que justificaram a constituição de senhores e escravos, articulando-os e resignificando-os à luz do racismo vigente no século XIX, época em que tais representações se constituem, para Hannah Arendt, em ideologia, a qual é por ela compreendida como arma política, da política imperialista européia, que se consolida no período da “corrida para a África”. (CARNEIRO, 2005)

Contudo, o apagamento não advém apenas do ignorar o diferente logo após diferenciá-lo, mas também do desmerecimento de sua produção, ancestralidade, em específico, de seu discurso. Isto, segundo Sueli Carneiro configura em epistemicídio. Como exemplo, Carneiro discorre sobre a dualidade de compreensão de discursos de acadêmicos brancos e ativistas negros sobre o tema racismo, em que ativistas são fontes de saberes para acadêmicos brancos, sendo estes honrados como autoridades do assunto e aqueles meros objetos de estudo.

Se o dispositivo de poder consiste em dominar os saberes, a partir da instituição do possível objeto de conhecimento, estabelece-se a relação de domínio. Ao excluir o negro como conhecedor, torná-lo apenas ferramenta do conhecimento para áreas socialmente credibilizadas e dominadas por brancos, não apenas há objetificação, mas também epistemicídio a partir do momento que torna aquele sujeito incapaz de produzir conhecimento.

Antes de aprofundar no conceito de epistemicídio, é crucial discorrer sobre biopoder. Segundo Carneiro, biopoder é noção foucaultiana de poder sobre a vida e a morte, ou seria o direito do dominador decidir sobre a vida do dominado. Então, se no que foi apresentado como dispositivo de racialidade como subalternização, apagamento de narrativas e ressignificação de discursos, agora existe uma ferramenta que não apenas faz o expurgo do outro, dita que discurso é válido, faz apagamento histórico e desmerece o sujeito e sua produção coletivo-individual. O dominador também detém do poder da existência do dominado.

Nessa biopolítica, gênero e raça articulam-se produzindo efeitos específicos, ou definindo perfis específicos para o "deixar viver e deixar morrer". No que diz respeito ao gênero feminino, evidencia-se a ênfase em tecnologias de controle sobre a reprodução, as quais se apresentam de maneira diferenciada segundo a racialidade; quanto ao gênero masculino, evidencia-se, a simples violência[...] Os antecedentes desse acontecimento da emergência do racismo de Estado estaria para Foucault em fenômenos para ele característicos do século XIX, e que qualifica como de "assunção da vida pelo poder via estatização do biológico. (CARNEIRO, 2005)

Em resumo, o biopoder promove a distinção daquela população, controle de suas ações individuais coletivas e em fazê-la viver ou deixá-la morrer. Logo, o poder soberano dessas sociedades disciplinares legitimará a morte seja por ação ou omissão. Segundo Carneiro:

O biopoder não precisa da raça enquanto categoria socialmente institucionalizada para matar. Basta-lhe uma hostilidade e/ou desprezo socialmente consolidados em relação a um grupo social. Como uma espécie de automatismo associativo, esses sentimentos e representações tornam-se suficientes para orientar a distribuição das benesses sociais. (CARNEIRO, 2005)

Dentre essas formas de biopoder aplicadas pelo estado, destacamos a violência como modo de subjetivação, em que os agentes da lei decidem quem é delinquente. O sistema penal criminaliza atividades produzidas por populações negras desde a escravidão, do qual o ir e vir não se constituem em direito para essas populações, e sim torna-as dependentes dos critérios da repressão policial. (CARNEIRO, 2005). A partir dessa subjetividade, cria-se o estereótipo do bandido, em que o corpo negro é biologicamente propenso à criminalidade, e a questão sócio-histórica é completamente apagada por ferramentas de dominação como o mito da democracia racial¹. O matar advém de atividades do próprio sistema penal e o deixar morrer vem da impunidade ao não analisar nem propor mudanças para esse cenário.

Sob o signo a morte, do "deixar morrer", Sílvia Ramos demonstra que a violência urbana no Brasil apresenta padrões definidos pela ONU como indicadores de guerra civil: trezentos e cinquenta mortos para cem mil habitantes só no Rio de Janeiro, fenômeno que se repete em níveis semelhantes em outros estados do país. As vítimas são na maioria absoluta homens, jovens, negros e pobres, vítimas de violência letal, assassinados, via de regra, por outros homens, jovens, pobres e majoritariamente negros. (CARNEIRO, 2005)

Carneiro também diz que:

É verdade, porque isso ocorre todos os dias, com total impunidade e indiferença da sociedade, nas periferias das cidades brasileiras onde estão os 'negros certos', pobres, favelados, estão submetidos, segundo o antropólogo Luis Eduardo Soares, ao estereótipo criado pela polícia sobre eles: 'O morto jovem é sempre um traficante em confronto com a polícia.' O 'kit assassino' está sempre pronto para colocar na vítima uma arma e um pouco de droga para reproduzir sempre a mesma história'. (CARNEIRO, 2005)

Resumindo, o biopoder é fundamental para o epistemicídio, uma vez que, ao eliminar uma população, ou seja, sujeitos que coletivamente produzem cultura, é uma forma de apagamento histórico. Antes de aprofundar o assunto, é importante ressaltar que Carneiro, ao falar de epistemicídio, embasa-se no conceito de epistemicídio refletido por Boaventura Sousa

¹ O mito da democracia racial, segundo Carneiro (2005) a partir dos estudos de Jessé Souza, é a narrativa de que pelo fato de o Brasil ser um país miscigenado não existe distinção racial.

Santos. Segundo Santos (1997), o epistemicídio se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento (CARNEIRO, 2005).

Em síntese, o epistemicídio é não apenas a anulação e desqualificação do conhecimento dos povos dominados, mas uma indigência cultural que resulta na inferiorização cultural e negação desses povos de ter acesso a educação uma vez que são subjugados como seres incapazes de adquirir o saber. “Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes”. (CARNEIRO, 2005)

Sendo assim, a desqualificação do sujeito é essencial para que o epistemicídio aconteça. Isto, não apenas no que tange a autoestima do grupo minoritário nos acessos ao conhecimento, mas a destruição de símbolos ou personalidades históricas ou uma única narrativa sobre fatos históricos.

Assim, da destruição e/ou desqualificação da cultura do dominado, o epistemicídio retira a legitimidade epistemológica da cultura do dominador, justificando a hegemonização cultural da modernidade ocidental

Nessa desqualificação do sujeito, sua história e sua cultura dentro de uma cultura que apaga outras existências fora da hegemonia branca e só as retoma para subjugar-las, cria a naturalização da desigualdade racial, gerando um expurgo do povo minoritário à educação, que estatalmente já não é tão acessível.

Estando a pobreza racializada ao ponto de tornar os negros “uma espécie de símbolo ontológico das classes econômicas e politicamente subalternas” (Sodré, 1999, p. 10), os dados de educação desagregados por cor demonstram que os negros obtêm níveis de escolaridade inferiores aos dos brancos da mesma origem social e, ainda, que brancos têm probabilidade sete vezes maior que negros, de completar estudos universitários[...]O epistemicídio se realiza através de múltiplas ações que se articulam e se retroalimentam, relacionando-se tanto com o acesso e/ou a permanência no sistema educacional, como com o rebaixamento da capacidade cognitiva do alunado negro (CARNEIRO, 2005)

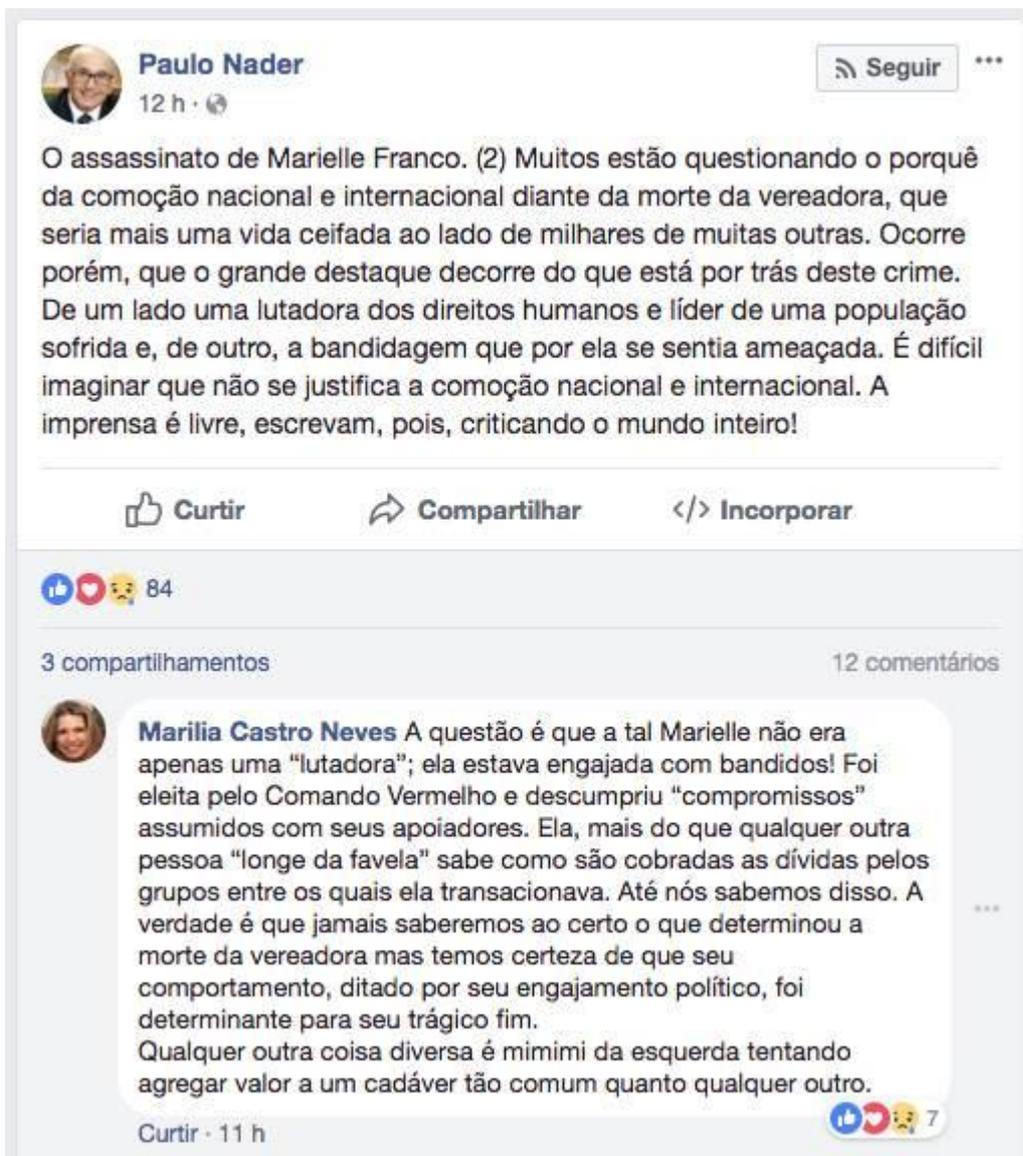
Assim, a construção simbólica do corpo negro como uma caricatura do não-humano que representa perigo para o estado e é incapaz de contribuir de forma intelectual dentro da cultura tem uma proposta de manter uma relação ideológica de poder. Gerando, assim, de acordo com todos os fatores apresentados, o extermínio dessa população. Na próxima seção, nosso foco é a análise dos dados à luz das categorias da Análise de Discurso Crítica e dos Modos de operação da Ideologia de Thompson.

Análise de dados

Com base nos dados que estão no *corpus*, nesta seção do artigo, discorreremos sobre a metodologia de análise ao mesmo tempo em que relacionamos às teorias propostas até então. O método consiste na apresentação de cada discurso dividido por sentenças entre aspas seguidos da análise de como Marielle Franco é representada no trecho. A proposta teórica da Representação de Atores (Van Leeuwen, 2008) associada aos Modos de Operação de Ideologia discutidos por Thompson (2002), anteriormente descritos neste trabalho, oferecem o aporte necessário para que elucidemos discursivamente os seguintes pontos: a representação é ativada ou apassivada; pessoal ou impessoal; nomeada ou classificada; especificada ou genérica. Tais categorias de análise podem nos auxiliar na tarefa de desvelar quais os aspectos mais relevantes em termos de representação em um caso de grande impacto como a morte de uma vereadora negra defensora das minorias sociais.

O primeiro discurso analisado será o texto da desembargadora Marília Castro Neves, já apresentado anteriormente. O discurso de Marília Castro Neves foi uma resposta a uma postagem do advogado Paulo Nader, logo, é necessário ilustrar o primeiro discurso para que assim seja possível uma análise ampla do que foi dito pela desembargadora.

Figura 1 – Resposta de Marília Castro Neves a Paulo Nader sobre o Caso Marielle Franco



The image shows a screenshot of a Facebook post. At the top, the profile of Paulo Nader is visible, with a 'Seguir' button and a timestamp of '12 h'. The post text discusses the assassination of Marielle Franco, questioning national and international media coverage. Below the text are interaction buttons for 'Curtir', 'Compartilhar', and 'Incorporar'. The post has 84 reactions and 3 shares. A comment by Marília Castro Neves is visible below, with 7 reactions. The comment text is: 'A questão é que a tal Marielle não era apenas uma "lutadora"; ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu "compromissos" assumidos com seus apoiadores. Ela, mais do que qualquer outra pessoa "longe da favela" sabe como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais ela transacionava. Até nós sabemos disso. A verdade é que jamais saberemos ao certo o que determinou a morte da vereadora mas temos certeza de que seu comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim. Qualquer outra coisa diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro.'

Fonte: Pragmatismo político, 2018, On-line

Como resposta ao discurso do advogado Paulo Nader, que questionava a falta de comoção social sobre a morte da vereadora que, o advogado dispôs de uma interpretação de sua posição em defendê-la como ativista de minorias sociais e que sua morte era resultado de perseguição política, a desembargadora propôs um discurso contrastante.

“A questão é que a tal Marielle não era apenas uma “lutadora”; ela estava engajada com bandidos!”

A sentença é iniciada com o tópico “a questão”, que tem o papel de advérbio *circunstancializado*² “na verdade”, ou seja, o falante inicia o discurso não apenas como uma informação nova, mas contradizendo um fato anterior no propósito de situar o evento. Marielle é apresentada com o pronome demonstrativo “a tal”. Desta forma, é identificada a participante de quem se fala logo no início do texto.

Em seguida, Marielle é incluída em uma sentença coordenada adversativa. Logo, a segunda informação é a válida, uma vez que está se tratando de desmentir um fato.

Nesta sentença, o referenciado é incluído de forma ativa como portador da identidade “lutadora” de forma ironizada por marcação de aspas.

Então, Marielle é situada como portadora do atributo “engajada” relacionado circunstancialmente com o participante determinado pela classificação genérica “bandidos”.

“Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu “compromissos” assumidos com seus apoiadores.”

Aqui Marielle é representada de forma passiva, em que ela é beneficiária do processo material³ de eleição, e o ator desta sentença é nomeado de forma personalizada, “Comando vermelho” que está objetivado, uma vez que no contexto essa instituição foi associada à Marielle Franco por ser ligada a território, no caso a favela. A especificidade do ator pode atribuir ao discurso uma certeza.

Em seguida, para explicar a causa da morte de Marielle Franco, o falante afirma que esse evento foi motivado por Marielle, utilizando o processo material “descumprir”. Compromissos está como beneficiário da ação, “assumidos” é a qualificação dada a meta⁴. Já “com seus apoiadores”, apoiadores não apenas estão como beneficiários, mas também *possessivados*⁵ pelo pronome “seus”, obtendo vínculo estabelecido pelo falante entre Marielle e “apoiadores”. O termo “apoiadores”, apesar de classificação genérica, está especificado por ser objeto de posse determinado por pronome possessivo, em que Marielle é detentora desse objeto.

²*Circunstancialização*, segundo Van Leeuwen, é um desdobramento da passivação que se materializa através de um sintagma preposicional. (SOUZA, 2011)

³ Processo material, segundo Halliday (2004) nos estudos de Linguística sistêmico-funcional (LSF), são os verbos de fazer.

⁴ Meta, segundo Halliday (2004), é o participante afetado pela ação em um processo material.

⁵ *Possessivação*, segundo Van Leeuwen, é o uso do pronome possessivo para ativar ou passivar um ator social.

“Ela, mais do que qualquer outra pessoa “longe da favela” sabe como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais ela transacionava. Até nós sabemos disso.”

A sentença “mais do que qualquer outra pessoa “longe da favela” é uma objetivação feita à Marielle, caracterizando-a, através de uma diferenciação, como uma pessoa que veio de periferia. Esse fator é colocado como importante para tornar Marielle Franco experienciadora⁶ do fenômeno⁷ apresentado, que é saber “como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais ela transacionava”, o termo grupo é uma especificação genérica remetente ao “Comando vermelho”. O fenômeno antes de expresso é quantificado com o advérbio “mais”. A sentença “mais do que qualquer pessoa” tem um papel de comparação de um processo mental⁸, saber. Ao observar, o conhecimento de Marielle, que é nomeada na ação, é comparado ao conhecimento de um ator que está indeterminado e classificado de forma genérica, contudo, objetivado por um parâmetro: a territorialidade. Em outras palavras, a localidade de Marielle mais uma vez é atribuída a ela em uma margem interpretativa de associada ao crime que a torna responsável por sua morte.

O verbo “transicionar” torna Marielle ator da ação de participante das atividades desses grupos que o texto se refere. O falante, em seguida, se inclui no discurso e inclui também o espectador fazendo a afirmação de que o fenômeno é experienciado por todos, em uma tentativa de narrativização, que resulta, também, em uma responsabilidade de Marielle ao que foi ocorrido.

Em “Como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais ela transacionava” representa Marielle a experienciadora que sabe “mais” e sabe “como”, ou seja, um quantificador e um classificador de circunstância são atribuídos ao fenômeno. As dívidas sujeitas ao processo material de “cobrar” tem como ator circunstancializado pela preposição “pelos” e o termo genérico “grupos” que está especificado impessoalmente como “entre os quais ela transicionava”. Marielle é representada como ator do processo “transicionar”, que também remete a território, e obscurecida no termo “entre”, que remete a estar “dentro” dos grupos.

⁶ Experienciador, segundo Halliday (2004), é o participante realizador da ação, ou participante central, em um processo mental.

⁷ Fenômeno, segundo Halliday (2004), é o participante afetado, ou participante periférico, em um processo mental.

⁸ Processo mental, segundo Halliday (2004), são os verbos de afeição, cognição e percepção.

“A verdade é que jamais saberemos ao certo o que determinou a morte da vereadora, mas temos certeza de que comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim.”

Nesta sentença, Marielle é representada suprimida pelo ato de comportar-se, aqui o ator “comportamento” de Marielle que foi “ditado” ou construído por “seu engajamento político” foi o que determinou sua morte, ou seja, a morte de Marielle foi atribuída como responsabilidade dela por suas ações.

“Qualquer outra coisa diversa é “mimimi” (sic) da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro.”

Quando o falante utiliza a construção “qualquer outra coisa diversa é mimimi”, de início está invalidando outras narrativas, determinando que suas informações são a verdade. “Mimimi da esquerda” está posto como uma contrargumentação, descredibilizada pela onomatopeia “mimimi”, que possui ator representado com uma classificação, no caso, uma coletivização nomeada “esquerda”.

O ator “mimimi da esquerda” é personificado, o alvo da sentença é Marielle Franco, ela está representada com a construção de uma metáfora universalizadora “cadáver tão comum quanto qualquer outro”, que pode remeter a uma eufemização da morte da vereadora.

Já o discurso do deputado Fraga, apesar de não ter sido uma contrargumentação a um discurso específico, apresenta como conclusão de seu texto uma contrargumentação a um discurso geral propagado pelas mídias tradicionais, no caso, suspeita de Marielle Franco ter sido morta por indivíduos relacionados a agentes do Estado.

Figura 2 – Postagem de Aberto Fraga sobre o Caso Marielle Franco



Fonte: Metrôpoles, 2018, On-line.

“Conheçam o novo mito da esquerda, Marielle Franco.”, aqui o falante identifica Marielle Franco com a *abstração* “o novo mito da esquerda”. Atenção a construção “novo mito” para indicar uma narrativização e “esquerda” para classificação a fins de diferenciação na construção do expurgo ao outro.

“Engravidou aos 16 anos”, Marielle é comportante na qual seu comportamento foi especificado por idade. Esta suposta gravidez na adolescência remete à funcionalização, ou seja, o ator de ser mãe está listado como uma das funções de Marielle Franco no discurso.

“Ex esposa do Marcinho VP”, Marielle é identificada com a função de ser ex-esposa de alguém, mais especificamente nomeado a Marcinho Vp. Este indivíduo pode estar associado à Marielle Franco devido ao território, nesse caso, “ex esposa do Marcinho VP” pode remeter não só a uma funcionalização como também a uma objetivação.

“Usuária de maconha”, Marielle é funcionalizada com atividade ilegal que possui histórico de proibição⁹ por vir de grupos sócio-espacialmente e racialmente marginalizados.

⁹ BARROS, André; PERES, Marta. **Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas**. Rio de Janeiro: Redalyc, 2011.

“Defensora de facção rival”, Marielle é posta como dizente do processo defender em que o alvo da ação é identificado pela função de “facção rival”. Marielle então é posta como voz da criminalidade através de um termo que novamente remete a territorialidade.

“E eleita pelo Comando Vermelho,”, Marielle é representada como beneficiária do processo “eleger” do ator “Comando vermelho”.

“Exonerou recentemente 6 funcionários,”, Marielle é ator do processo “exonerar” do beneficiário especificado por número seguido de categorização genérica.

“Mas quem a matou, foi a PM.”, o discurso é concluído com uma adversativa que remete à ironia e à explicação do evento contrária a proposta por esse falante. Aqui, a versão da mídia tradicional de que a PM poderia estar indiretamente envolvida na morte da vereadora foi substituída por uma em que a vereadora é responsabilizada por sua morte devido a seus comportamentos, ações, processos mentais e experienciais materializados em uma sentença na qual a PM é representada passivamente.

Ambos os discursos racionalizam uma sequência de raciocínios a fim de justificar a morte da Vereadora, seja ela sendo representada de forma expurgada através de diferenciações que a associam à criminalidade ou desmerecendo sua morte através de universalizações de narrativas de criminalidade cotidiana, ou utilizando metáforas para explicar que a morte é natural. Todos esses fatores resultam no evento como um acontecimento legítimo, desqualificando o caso de assassinato de Marielle Franco e a imagem da própria.

O uso de metáforas para ilustrar a morte de Marielle Franco caracterizam uma eufemização do ocorrido, no que resulta, juntamente com as sentenças adversativas, em uma dissimulação do evento.

Tanto o discurso de Fraga quanto o de Neves partilham do termo “esquerda” como um padrão que simboliza uma unidade posta como uma ameaça. Isso resulta em uma fragmentação de Marielle Franco e ao que ela pertencia, no caso, “a esquerda”. Não por acaso, satirizam o fato de Marielle ter sido ativista e trabalhado com Direitos Humanos. Porém, a maior parte das terminologias utilizadas para representá-la não foram apenas políticas. Muitas associações feitas a Marielle Franco possuem motivação racial, como as que remetem a territorialidade, logo racialização. Na seção seguinte, elucidemos as considerações finais presentes neste trabalho.

Considerações finais

Retomando os conceitos propostos por Sueli Carneiro (2005), ao compreender que a realidade social brasileira dispõe do racismo como um dispositivo de biopoder facilita a compreensão da arquitetura dos discursos sobre Marielle Franco, isto é, como os termos foram ideologicamente selecionados e indiscriminadamente propagados.

A construção caricatural do corpo negro como um símbolo de periculosidade e inferioridade, reificados por localidade, funcionalizados por hábitos considerados marginais, é fundamental para manter essa hegemonia social intacta. A atitude de duas autoridades apropriarem-se de discursos sem fundamentação e os repassarem em seus espaços públicos não se preocupando antes em checar as informações é simbólica.

Essa narrativa sobre o corpo negro presente nos discursos analisados foi provavelmente o que tornou os discursos credíveis para os propagadores. Se as relações raciais, no Brasil, são construídas para manter a população negra inferiorizada, as pessoas que estão no poder optam por passá-lo a frente a fim de manter a essa estrutura. O biopoder, então, entra como ferramenta de extinção usada para controlar essa população oprimida mantendo-a à mercê do opressor até perder a utilidade ou ameaçar a hegemonia.

Marielle Franco foi voz para a população negra e periférica, seu trabalho era ameaçador para a hegemonia social, logo, sua morte é problemática no âmbito das relações políticas. Devido à importância que foi seu trabalho e à forma que morreu a tornaram símbolo de luta para essas populações. Contudo, a propagação de discursos racistas sobre a vereadora e a sua morte é uma tentativa de destruição desse símbolo.

Como já visto, epistemicídio pode ser entendido como o apagamento histórico de um povo, seja por obscurecimento ou diferenciação. Tornar Marielle Franco de símbolo de luta para uma caricatura de vilã é uma forma de epistemicídio, pois essa narrativa não atinge apenas Marielle Franco de forma individual e factual, mas a desvirtua como símbolo de luta de um povo de forma histórica.

Referências bibliográficas

AGORA é lei: dia Marielle Franco contra o genocídio da mulher negra é criado. **Alerj** 18 de jun. 2018. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/43592>> Acesso em: 12 fev. 2019.

BARROS, André; PERES, Marta. **Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas**. Rio de Janeiro: Redalyc, 2011.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Feusp, 2005. (Tese de doutorado)

DESEMBARGADORA espalha Fake News e chama Marielle de “cadáver comum”. **Pragmatismo Político**. 17 de mar. 2018. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/03/desembargadora-marilia-castro-marielle.html>> Acesso em: 27 dez. 2018.

FERNANDES, Cláudio; SUHET, Ingrid. No Twitter, deputado Fraga, da bancada da bala, ataca Marielle Franco. **Metópoles**. 17 de mar. 2018. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/no-twitter-deputado-fraga-da-bancada-da-bala-ataca-marielle-franco>> Acesso em: 12 fev. 2019

FERREIRA, Anderson; FERREIRA, C. S; CHAVES, R. S. **As práticas discursivas da violência nas mídias digitais: Marielle Franco, presente... no espaço discursivo êmico**. (Con)textos Linguísticos , v. 12, p. 59-78, 2018.

FRANCO, Marielle. UPP: **A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Universidade Federal Fluminense, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979. In: CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Feusp, 2005. (Tese de doutorado)

GUARANHA, M. F. **O conflito de identidades e a violência verbal na reprodução das fake news a respeito de marielle franco**. (Con)textos Linguísticos , v. 12, p. 114-133, 2018.

MALLMANN, Rafaela Weber; RODRIGUES, Ana Paula Kravczuk. Marielle Franco: a resistência no campo da biopolítica e da proteção aos direitos humanos. In: ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; NIELSSON, Joice Graciele; WERMUTH, Maiquel a. Dezordi (Orgs.). **Biopolítica e Direitos Humanos – Refletindo Sobre as Vidas Nuas Da Contemporaneidade**: Rio Grande do Sul, 2018.

MARREIRO, Flávia; MENDONÇA, Heloísa. MBL e deputado propagam mentiras contra Marielle Franco em campanha difamatória. **El, País** 19 de mar. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/17/politica/1521318452_688519.html> Acesso em: 12 fev. 2019.

MORTE de vereadora no Rio repercute na imprensa internacional. **G1 Rio de Janeiro**. 15 de mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/morte-de-vereadora-no-rio-repercute-na-imprensa-internacional.ghtml>> Acesso em: 12 fev. 2019.

PARIS aprova pedido de rua com nome de Marielle Franco. **Gazeta do povo**. 01 de abr. 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/haus/urbanismo/paris-aprova-rua-marielle-franco-homenagem/>> Acesso em: 10 abr. 2019.

PSOL acusa desembargadora no CNJ por declarações falsas sobre Marielle. **G1, Jornal Nacional**. 19 de mar. 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/03/psol-acusa-desembargadora-no-cnj-por-declaracoes-falsas-sobre-marielle.html>> Acesso em: 12 fev. 2019.

RODRIGUES, Mateus. Após divulgar fake news sobre Marielle, deputado Alberto Fraga suspende redes sociais. **G1, Distrito Federal**. 19 de mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/apos-divulgar-fake-news-sobre-marielle-deputado-alberto-fraga-suspende-redes-sociais.ghtml>> Acesso em: 19 fev. 2019.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane. **Análise de discurso (para a) crítica**: O texto como material de pesquisa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

RESENDE, V. M. **Representação discursiva de pessoas em situação de rua no Caderno Brasília**: naturalização e expurgo do outro. Linguagem em (Dis)Curso, Unisul, v. 12, n. 2, p.439-465, 2012.

Site Marielle Franco. **A Verdade**. Disponível em: <<https://www.mariellefranco.com.br/averdade>> Acesso em: 12 fev. 2019.

_____. **Quem é Marielle?** Disponível em: <<https://www.mariellefranco.com.br/quem-e-marielle-franco-vereadora>> Acesso em: 12 fev. 2019.

THOMPSON, J. B. Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2002. In: RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane. **Análise de discurso (para a) crítica**: O texto como material de pesquisa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. In: SOUZA, Flávio. **O sistema de representação de atores sociais e as práticas discursivas online de uma associação de moradores**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2017.

_____. **Discourse and practice: new tools for critical discourse analysis**. New York: Oxford, 2008.

VENAGLIA, Guilherme. Desembargadora que acusou Marielle Franco diz ter se precipitado. **Veja**. 20 de mar. 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/desembargadora-que-acusou-marielle-franco-diz-ter-se-precipitado/>> Acesso em: 19 fev. 2019.